

# Documento / Monumento\*

Jacques Le Goff

## 1. Os materiais da memória coletiva e da história

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*.

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador.

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos *monumenta huius ordinis* [Philippicae, XIV, 41], designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.

O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.

O termo latino *documentum*, derivado de *docere* ‘ensinar’, evoluiu para o significado de ‘prova’ e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents* e o

---

\* Texto extraído de LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX. O significado de “papel justificativo”, especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo. O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho *escrito*.

No final do século XIX, Fustel de Coulanges pode ser tomado como um testemunho válido de como *documento* e *monumento* se transformaram para os historiadores. Os dois termos encontram-se, por exemplo, nas clássicas páginas do primeiro capítulo de *La Monarchie franque* [1888, pp. 29, 30, 33]: “Leis cartas, fórmulas, crônicas e histórias, é preciso ter lido todas estas categorias de *documentos* sem omitir uma única... Encontraremos no curso destes estudos várias opiniões modernas que não se apóiam em *documentos*; deveremos estar em condições de afirmar que não são conformes a nenhum texto, e por esta razão não nos cremos com o direito de aderir a elas. A leitura dos *documentos* não serviria, pois, para nada se fosse feita com idéias preconcebidas... A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos *documentos* tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos”.

É claro que para Fustel, como para a maior parte dos historiadores embebidos de um espírito positivista, vale documento = texto. A esta história, fundada em documentos que se impõem por si próprios, Fustel de Coulanges opõe o espírito e a realização da história erudita alemã, tais como se exprimem, por exemplo, nos “*Monumenta Germanie historica*”, e marcados, segundo ele, não pelo signo da ciência, mas pelo do patriotismo.

Pode-se, então, falar de um triunfo do *documento* sobre o *monumento*. Lento triunfo. Quando, no final do século XVII, Don Jean Mabillon publica o sei *De re diplomatica*, fundamento da história “científica” que vai permitir a utilização crítica do *documento* e de certa maneira cria-lo, trata-se apenas ainda de *monumento*.

Quando, em 1759, o inspetor-geral das finanças do rei da França, Silhouette, decide a criação de um depósito geral de Direito público e de História – que será mais tarde o Gabinete de Chartres – e confia a direção ao advogado e publicista Jacob-

Nicolas Moreau, historiógrafo da França, este escreve: “Baseado em *monumentos* do meu depósito, empreendi a história da nossa constituição e do nosso direito público... o nosso direito público, uma vez fundado em fatos e *monumentos* reconhecidos, estará mais do que nunca ao abrigo das vicissitudes que produz o arbítrio...” [Paris, Bibliothèque Nationale, Collection Moreau, n. 283, fol 33; cf. Barret-Kriegel, 1978].

O inspetor-geral Bertin, sucessor de Silhouette, escreve ao rei Luís XVI: “A história e o direito público de uma nação são apoiados por *monumentos*” [Collection Moreau, n. 309, fol. 102].

No seu relatório de 10 de Março de 1837 a Guizot, Augustin Thierry escreve ainda: “Assim, a recolha dos *monumentos* da história do Terceiro-Estado deve, de certa maneira, fazer vir à luz as raízes mais profundas e mais vivas da nossa ordem social atual... Porque realiza um dos votos mais queridos das grandes inteligências históricas do século XVIII... que viam nos *monumentos* da legislação municipal a origem mais segura e mais pura do nosso antigo direito consuetudinário” [1837, p. 28].

O termo ‘monumentos’ será ainda correntemente usado no século XIX para as grandes coleções de documentos. O caso mais célebre é o dos “*Monumenta Germanie historica*”, publicados a partir de 1826 pela sociedade fundada em 1819 pelo barão Karl von Stein, para a publicação das fontes da Idade Média alemã.

Em Turim aparecem, a partir de 1836, por decisão do rei Carlos Alberto, os “*Monumenta historiae patriae*”. Assim, pouco a pouco, são editadas nas diversas províncias italianas coleções de *Monumenti*: os “*Monumenti di storia patria delle provincie modenesi*” a partir de 1861, os “*Monumenti storici pertinenti alle provincie della Romagna*” a partir de 1869, os “*Monumenti storici*, publicados pela Regia Deputazione veneziana de história pátria a partir de 1876, os “*Monumenti storici*” publicados pela Società napolitana de história pátria a partir de 1881.

Todavia, destacando-se de um conjunto de palavras (*provas, instrumentos, testemunhos*, etc.) que tentavam reunir os novos métodos da memória coletiva e da história, ao desejo de, por um lado, provar cientificamente (o bolandista Daniel van Papenbroeck, pioneiro como Mabillon da crítica histórica na segunda metade do século XVII, recomendara o estudo das velhas cartas *ad historican probationem* ‘com fins de prova histórica’) e, por outro lado, ao renovamento da legislação e do direito (“esta ciência”, escrevia Bertin a Luís XVI [Collection Moreau, n. 309, fol. 102], “depende daquela da legislação”), o termo ‘documento’, colocar-se-ia em primeiro plano.

A partir de 1791, Bréquigny e La Porte du Theil publicam o primeiro volume dos *Diplomata, chartae, epistulae, leges aliaque instrumenta ad res Gallo-Francicas spectantia...*

Chateaubriand, profeta de uma nova história, escreverá no prefácio dos *Études Historiques* (1831): “Os antigos conceberam a história de modo diferente do nosso... libertos daquelas imensas leituras sob as quais tanto a imaginação como a memória são esmagadas, tinham poucos documentos para consultar...” [citado em Ehrard e Palmade, 1964, p. 190].

Na França, aparece a partir de 1835 a “Collection de documents inédits sur l’histoire de France”. Os “Documenti di storia italiana” são publicados pela Regia Deputazione sugli studi di storia patria per le provincie di Toscana, dell’Umbria e delle Marche desde 1867; os “Documenti per service allá storia di Sicília”, publicados pela Societá siciliana per la storia patria aparecem a partir de 1876. Na historiografia institucional de todos os países europeus encontram-se, no século XVIII, as duas séries paralelas de *monumentos* (em declínio) e de *documentos* (em plena ascensão).

## **2. O século XX: do triunfo do documento à revolução documental**

Com a escola positivista, o documento triunfa. O seu triunfo, como bem o exprimiu Fustel de Coulanges, coincide com o do texto. A partir de então, todo o historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso do documento.

No prefácio à obra coletiva *L’histoire et ses méthodes*, Samaran, enunciando os princípios do método histórico, declara: “Não há história sem documentos” [1961, p. XII].

No seu curso da Sorbonne, de 1945-46, sobre a historiografia moderna (retomado na obra póstuma *La naissance de l’historiographie moderne*), Lefebvre afirmava igualmente: “Não há notícia histórica sem documentos”; e precisava: “Pois se dos fatos históricos não foram registrados documentos, ou gravados ou escritos, aqueles fatos perderam-se” [1971, p. 17].

Todavia, se a concepção de documento não se modificava, o seu conteúdo enriquecia-se e ampliava-se. Em princípio, o documento era sobretudo um texto. No entanto, o próprio Fustel de Coulanges sentia o limite desta definição. Numa lição pronunciada em 1862 na Universidade de Estrasburgo, declarou: “Onde faltam os

monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas ou seus segredos... Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação... Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história” [ed. 1901, p. 245].

Os fundadores da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*” (1929), pioneiros de uma história nova, insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento: “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem”.

Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entajuda que supre a ausência do documento escrito ?” [Febvre, 1949, ed. 1953, p. 428].

E, pelo seu lado, Bloch, na *Apologie pour l’histoire ou métier d’historien* [1941-42]: “Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado para esse uso... Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hinos ? Ele sabe bem sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos”.

Por isso, Samaran desenvolve a afirmação acima citada: “Não há história sem documentos”, com esta precisão: “Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira” [1961, p. XII].

Mas este alargamento do conteúdo do termo *documento* foi apenas uma etapa para a explosão do documento que se produz a partir dos anos 60 e que levou a uma verdadeira *revolução documental* [cf. Glénisson, 1977].

Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos; por exemplo, coloca em primeiro plano, para a história moderna, o registro paroquial que conserva para a memória todos os homens [cf. a utilização de documento de base que, de um modo pioneiro, lhe deu Goubert, 1960, e o valor científico que lhe foi reconhecido por Chaunu, 1974, pp. 306 ss.]. O registro paroquial, em que são assinalados, por paróquia, os nascimentos, os matrimônios e as mortes, marca a entrada na história das “massas dormentes” e inaugura a era da documentação de massa.

Mas esta dilatação da memória histórica teria, certamente, ficado no estado de intenção, de êxito individual de qualquer historiador que reunisse capacidade de trabalho e espírito inovador no interior do tratamento artesanal tradicional do documento, se quase ao mesmo tempo não se tivesse produzido uma revolução tecnológica, a do computador.

Da confluência das duas revoluções nasce a *história quantitativa*, que põe novamente em causa a noção de documento e o seu tratamento. Desejada em primeiro lugar pelos historiadores da economia, obrigados a tomar como documentos de base séries de cifras ou de dados numéricos [cf. Marzewski, 1961], introduzida depois na arqueologia [cf. Gardin, 1971] e na história da cultura [cf., por exemplo, Furet e Ozouf, 1977], a história quantitativa altera o estatuto do *documento*. “O documento, o dado já não existem por si próprios, mas em relação com a série que os precede e os segue, é o seu valor *relativo* que se torna objetivo e não a sua relação com uma inapreensível substância real” [Furet, 1974, pp. 47-48].

A intervenção do computador comporta uma nova periodização na memória histórica: produz-se, a partir de então, um corte fundamental no momento em que se podem constituir séries [sobre a história serial entre os seus numerosos escritos, cf. Chaunu, 1972]; tem-se, doravante, uma idade pré-estatística e uma idade quantitativa. Mas é necessário observar que, se este corte corresponde a um grau de diferença das sociedades históricas em relação ao recenseamento – indiferença ou desconfiança em

relação ao número para aquém, atenção sempre maior e mais precisa para além –, a história quantitativa, como o demonstra a arqueologia, pode transpor alegremente esta fronteira histórica. Porque a história quantitativa não é nem uma revolução puramente tecnológica, nem a consequência de uma emergência do número na história. Não é imposta nem pelo computador nem pelo passado. Como observa Glénisson, no século XIX, ao princípio era o documento; hoje, ao princípio é o problema. É uma “revolução da consciência historiográfica” [Furet, 1974, p. 53].

A revolução documental tende também a promover uma nova unidade de informação: em lugar do fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua. Tornam-se necessários novos arquivos, onde o primeiro lugar é ocupado pelo *corpus*, a fita magnética. A memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural. O novo documento é armazenado e manejado nos bancos de dados. Ele exige uma nova erudição que balbucia ainda e que deve responder simultaneamente às exigências do computador e à crítica da sua sempre crescente influência sobre a memória coletiva.

### **3. A crítica dos documentos: em direção aos documentos / monumentos**

Não nos devemos contentar com esta constatação da revolução documental e com uma reflexão crítica sobre a história quantitativa de que esta revolução é o aspecto mais espetacular. Recolhido pela memória coletiva e transformado em documento pela história tradicional (“na história, tudo começa com o gesto de *pôr à parte*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outro modo”, como escreve Certeau [1974, I, p. 20]), ou transformando em *dado* nos novos sistemas de montagem da história serial, o documento deve ser submetido a uma crítica mais radical.

Iniciada na Idade Média, consolidada no início do Renascimento, enunciada pelos grandes eruditos do século XVII, aperfeiçoada pelos historiadores positivistas do século XIX, a crítica do documento tradicional foi essencialmente uma procura da autenticidade. Ela persegue os falsos e, por consequência, atribui uma importância fundamental à datação.

De início, a Idade Média fabrica, sem má consciência, falsos diplomas, falsas cartas, falsos textos canônicos, mas, a partir do século XII, a Igreja, e mais particularmente a cúria romana (sobretudo sob o pontificado de Alexandre III e de

Inocência III), empreende a luta contra os falsos e os falsários. Dá-se um passo importante quando o famoso humanista florentino Lorenzo Valla demonstra, mediante argumentos filológicos e em resposta à demanda de Afonso o Magnânimo, rei de Aragão e de Sicília, no seu tratado *De falso credito et ementita Constantini donatione declamatio* (1440), que a famosa doação de Constantino, com a qual o imperador teria feito dom ao papa do Estado pontifício, é falsa. A *Declamatio* é publicada apenas em 1517 pelo amigo de Lutero, Ulrich von Hutten.

Sublinhou-se a importância capital do *De re diplomatica* (1681) de Mabillon. É necessário relacionar esta obra – apesar das polêmicas cortesias que lhe opuseram – com a publicação empreendida pelos jesuítas, de textos hagiográficos nos “Acta Sanctorum”. Depois do padre Héribert Roswey (Rosweide), morto em 1629, do padre Jean Bolland (que dará o nome à Sociedade dos bolandistas, 1596-1665) e sobretudo do padre Daniel van Papenbroeck (Papebroch) que, no início do tomo II de Abril dos “Acta Sanctorum”, em 1675, publicou uma dissertação “sobre o discernimento do verdadeiro e do falso nos velhos pergaminhos” [cf. Tessier, 1961], Bloch pôde escrever: “Naquele ano de 1681, o ano da publicação do *De re diplomatica*, uma grande data na história do espírito humano, foi definitivamente fundada a crítica dos documentos de arquivo” [1941-42].

Mas os fundadores dos “Annales” davam início a uma crítica em profundidade da noção de documento. “Os historiadores ficam passivos, demasiado freqüentemente, perante os documentos, e o axioma de Fustel (a história faz-se com textos) acaba por se revestir para eles de um sentido deletério”, afirmava Lucien Febvre [1933, ed. 1953, p. 86], que lamentava, não já a ausência de sentido crítico nos historiadores, que praticavam todos eles mais ou menos a crítica dos documentos preconizada pela École de Chartes e a história positivista do século XIX, mas o fato de que se pusesse em discussão o documento enquanto tal. Assim, Marc Bloch teria escrito: “Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperceptível desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações” [1941-42, pp. 29-30].

Mas era necessário ir mais longe.

Já Paul Zumthor tinha aberto a via a novas relações entre documento e monumento. Tratando-se de um muito pequeno número de textos, os mais antigos em língua francesa (século VIII-IX), ele propôs uma distinção entre os monumentos lingüísticos e os simples documentos. Os primeiros respondem a uma intenção de edificação, “no duplo significado de elevação moral e de construção de um edifício”, enquanto que os segundos respondem “apenas às necessidades da intercomunicação corrente” [1960, p. 8]. Confrontando os textos latinos e os testemunhos em língua vulgar da época, Paul Zumthor quase identificou escrito e monumento: “O escrito, o texto é mais freqüentemente *monumento* do que *documento*. Mas, mais adiante, admite “que houve monumentos a nível de expressão vulgar e oral” e que existiram “tradições monumentais orais” [ibid., p. 6]. O que distingue a língua monumental da língua documental é “esta elevação, esta verticalidade” que a gramática confere a um documento, transformando-o em monumento. Por isso, a língua vulgar, que provisoriamente permaneceu no plano documental, só pouco a pouco se transformará em “francês monumental” [ibid., p. 17]. Por outro lado, duas observações de Zumthor conduzem-nos ao centro do problema. “O futuro “francês” foi identificado como uma entidade lingüística particular na medida em que passou... conforme as necessidades do verdadeiro direito do rei, ao estado monumental”. E ainda: “o testemunho dos monumentos mais numerosos, mais antigos e mais explícitos revela-nos quanto deve ter influído, na tomada de consciência lingüística da Alta Idade Média, a revolução política que então se operava nos reinos mais orgânicos da România: Gália merovíngia, Espanha Visigótica, Lombardia” [ibid., p. 13].

Assim, Paul Zumthor descobria o que transforma o documento em monumento: a sua utilização pelo poder. Mas hesitava em transpor o fosso que consistia em reconhecer em todo o documento um monumento. Não existe um documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico, pode muito bem detectar-se ao nível dos dados mediante os quais a atual revolução documental tende a substituir os documentos.

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é

qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Michel Foucault colocou claramente a questão. Antes de mais nada, ele declara que os problemas da história podem se resumir numa só palavra: “o questionar do documento” [1969, p. 13]. E logo recorda: “O documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, *memória*: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa” [ibid., p. 13].

Segue-se-lhe a definição de revolução documental em profundidade e da nova tarefa que se apresenta ao historiador: “A história, na sua forma tradicional, dedicava-se a ‘memorizar’ os *monumentos* do passado, a transformá-los em *documentos* e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto” [ibid., pp. 13-14].

Assim como dantes a arqueologia tendia para a história, “poder-se-ia dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, nos nossos dias, tende para a arqueologia, para a descrição intrínseca do monumento” [ibid., p. 14].

Tomarei como exemplo de uma nova atitude em relação ao documento, considerado como monumento, o estudo de Monique Clavel-Lévêque, *Les Gaules et les Gaulois* [1974] que antes de mais nada se integra no neomarxismo e não se reclama de Foucault. Certamente que o documento analisado aqui é um documento literário, a descrição das Gálias e dos Gauleses na *Geografia* de Estrabão [IV, 58 - V, 25], mas dado como um texto “científico” objetivo, uma descrição. Mediante uma “completa assunção do discurso considerado nas condições concretas em que foi produzido” que comporta uma pluralidade de leituras, recorrendo de preferência a análises estruturalistas, Monique Clavel-Lévêque desmonta, desestrutura o documento, pondo em evidência o seu caráter de monumento. Uma oposição fundamental, antigamente/hoje, revela que nas Gálias tudo corre melhor depois de terem passado para

o benéfico domínio de Roma. Um estudo das menções de rios mostra que elas estão ligadas a uma estrutura subjacente, um discurso subterrâneo que, pelas ligações fluviais – vias navegáveis – transportes – mercadorias – produções, desenvolvimento, conquista, tende na prática a sublinhar também aqui o caráter vantajoso que teve, para as Gálias, a conquista romana. A descrição do Gaulês, definida sobretudo pelas suas relações com a natureza e a guerra, é estruturada de modo a fazer ressaltar uma espécie de “bom selvagem” a quem os Romanos trouxeram a civilização, que ele acolhe bem e demonstra aceitar.

Assim, Monique Clavel-Lévêque revela, com a sua análise, que o documento é composto de elementos que “funcionam como um ‘inconsciente cultural’ que assume um papel decisivo e intervêm para orientar uma apreensão, um conhecimento, uma apresentação das Gálias... profundamente baseada nas lutas e nas realidades imperialistas do momento” [1974, p. 90]. Tal resultado só pode ser atingido porque a autora considerou o seu documento como um monumento de que era preciso encontrar, através de uma crítica interna, as condições de produção histórica e, logo, a sua intencionalidade inconsciente.

Mas seja-me permitido, enfim, recordar o apelo a uma revisão da noção de documento, lançado por Pierre Toubert e por mim no 100º Congresso nacional das sociedades de cultura francesa, realizado em Paris em 1975 [cf. Le Goff e Toubert, 1977, pp. 38-39].

O medievalista (e, poder-se-ia acrescentar, o historiador) que procura uma história total deve repensar a própria noção de documento. A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada

imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.

Ora, esta desmontagem do documento-monumento não pode fazer-se com o auxílio de uma única crítica histórica. Numa perspectiva de descobrimento dos falsos, a diplomática, cada vez mais aperfeiçoada, cada vez mais inteligente, sempre útil, repetimo-lo, é suficiente. Mas não pode – ou, pelo menos, não pode sozinha – explicar o significado de um documento/monumento como um cartulário. Produto de um centro de poder, de uma senhoria quase sempre eclesiástica, um cartulário deve ser estudado numa perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual, mas sobretudo enquanto instrumento de poder. Foi dito, justamente, que um cartulário constituía um conjunto de provas que é fundamento de direitos. É preciso ir mais longe. Ele é o testemunho de um poder polivalente e, ao mesmo tempo, cria-o.

Mais ainda do que estes múltiplos modos de abordar um documento, para que ele possa contribuir para uma história total, importa não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte. Sem subestimar o texto que exprime a superioridade, não do seu testemunho, mas do ambiente que o produziu, monopolizando um instrumento cultural de grande porte, o medievalista deve recorrer ao documento arqueológico, sobretudo àquele que faz parte do método estratográfico, ao documento iconográfico, às provas que fornecem métodos avançados como a história ecológica que faz apelo à fenologia, à dendrologia, à palinologia: tudo o que permite a descoberta de fenômenos em situação (a semântica histórica, a cartografia, a fotografia aérea, a foto-interpretação) é particularmente útil.

O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado – sempre que a história quantitativa é possível e pertinente – em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica.

Enquanto conhecimento do passado (cf. *passado/presente*), a história não teria sido possível se este último não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da *memória* coletiva. Dantes, o historiador operava uma escolha entre os vestígios, privilegiando, em detrimento de outros, certos monumentos, em particular os escritos (cf. *oral/escrito, escrita*), nos quais, submetendo-os à crítica histórica, se baseava.

Hoje o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los, nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da *cultura material*, os objetos *coleção* (cf. *pesos e medidas, moeda*), os tipos de habitação, a paisagem, os fósseis, (cf. *fóssil*) e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens (cf. *animal, homo*). Enfim, tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso (cf. *verdadeiro/falso*), trata-se de pôr à luz as condições de produção (cf. *modo de produção, produção/distribuição*) e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder (cf. *poder/ autoridade*).

## BIBLIOGRAFIA

Barret-Kriegel, B.

1978 *Les historiens et le pouvoir, XVII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles*, em “*Annales. Economies. Sociétés, Civilisations*”, XXXIII, n. 2.

Bloch, M.

[1941 – 42] *Apologie pour l’histoire ou métier d’historien*, Colin, Paris. 1949.

Certeau, M. de

1974 *L’opération historique*, em J. Le Goff e P. Nora (org.) *Faire de l’histoire*, Gallimard, Paris (trad. Portuguesa: Bertrand, amadora, 1977, pp. 17-58).

Chaunu, P.

1972 *Un nouveau champ pour l’histoire sérielle, le quantitatif au troisième niveau*, em *Mélanges offerts à Fernand Braudel*, Privat, Toulouse, tomo II.

1974 *Histoire science sociale. La durée, l’espace et l’homme à l’époque moderne*, CDU-SEDES, Paris.

Clavel-Lévêque, M.

1974 *Les Gaules et les Gaulois, pour une analyse du fonctionnement de la Géographie de Strabon*, em “*Dialogues d’histoire ancienne*”, n. 1, pp. 75-93.

- Ehrard, J., e Palmade, G.  
1964 *L'histoire*, Colin, Paris.
- Febvre, L.  
1933 *Ni histoire à thèse ni histoire-manuel. Entre Benda et Seignobos*, em “Revue de synthèse”, V; atualmente também em L. Febvre (org.), *Combats pour l'histoire*, Colin, Paris, 1953, pp. 80-98.  
1949 *Vers une autre histoire*, em “Reveu de métaphysique et de morale”, LVIII; atualmente também ibid., pp. 419-38.
- Foucault, M.  
1969 *L'archéologie du savoir*, Gallimard, Paris.
- Furet, F.  
1974 *Le quantitative en histoire*, em J. Le Goff e P. Nora (org.), *Faire de l'histoire*, Gallimard, Paris (trad. Portuguesa: Bertrand, amadora, 1977, pp. 59-79)
- Furet, F., e Ozouf, J.  
1977 *Lire et écrire. L'alphabétisation des Français de Calvin à Judes Ferry*, Minuit, Paris.
- Fustel de Coulanges, N.-D.  
[1862] Lição dada na Universidade de Estrasburgo, em *une leçon d'ouverture et quelques fragments inédits*, em “Revue de synthèse historique”, II/3 (1901), n. 6, pp. 241-63.  
1888 *La monarchie franque*, em *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*, Hachette, Paris, 1875-89, tomo II.
- Gardin, J.-C.  
1970 *Archéologie et calculateurs, nouvelles perspectives*, em “Revue internationale de sciences sociales”, XXIII, n. 2, pp. 204-18.
- Glénisson, J.  
1977 *Uma história entre duas erudições*, em “Revista de história”, CX.
- Goubert, P.  
1960 *Beauvais et le Beauvoisis de 1600 à 1730*, Sevpen, Paris.
- Lefebvre, G.  
1945-46 *La naissance de l'historiographie moderne*, Flammarion, Paris, 1971.
- Le Goff, J, e Toubert, P.  
1977 *Une histoire totale du Moyen Âge est-elle possible ?*, em *Actes do 100<sup>e</sup> Congrès National des Sociétés savants*, Paris, 1975, secretariat d'Etat aux Universités, Paris.
- Marczewski, J. V.

- 1961 *Histoire quantitative, buts et methods*, em J. V. Marzewski (org.), *Histoire quantitative de l'economie française*, ISEA, Paris.
- Samaran, Ch.  
1962 (org.) *L'histoire et ses méthodes*, em *Encyclopédie de la Pléiade*, XI, Gallimard, Paris.
- Tessier, G.  
1961 *Diplomatique*, em Ch. Samaran (org.), *L'histoire et ses méthodes*, em *Encyclopédie de la Pléiade*, XI, Gallimard, Paris.
- Thierry, A.  
[1837] *Rapport sur les travaux de la collection des monuments inédits de l'Histoire du tiers état, adresse à M. Guizot, ministre de l'instruction publique, le 10 mars 1837*. Tessier, Paris, s.d.
- Zumthor, P.  
1960 *Document et monument. A propos des plus anciens texts de langue française*, em "Revue des sciences humaines", fac. 97, pp. 5-19.